



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 02 DE 12 DE JANEIRO DE 2026

ADEQUA OS VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE DE ENDEMIAS AO PISO NACIONAL ESTABELECIDO, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 276, DE 28 DE JULHO DE 2022.

MARIA CLÉLIA VÍARO PICHELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, encaminha à Câmara Municipal para deliberação e aprovação o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º Os vencimentos dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate de Endemias, enquadrados na referência 15.1 da tabela de vencimentos ficam adequados da seguinte forma:

15.1	R\$ 3.242,00	R\$ 3.339,26	R\$ 3.439,44	R\$ 3.542,61	R\$ 3.648,90	R\$ 3.758,36	R\$ 3.871,11	R\$ 3.987,24	R\$ 4.106,86	R\$ 4.230,06	R\$ 4.356,97	R\$ 4.487,67
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Art. 2º A adequação de valores a ser inserida na Tabela de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais é realizada com a finalidade de cumprimento da Emenda Constitucional nº 120/2022, e Lei Complementar Municipal nº 276/2022.

Art. 3º As despesas decorretes dessa Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário, ficando autorizada as alterações necessárias nas peças orçamentárias do exercício de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/01/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 12 DE JANEIRO DE 2026.

MARIA CLÉLIA VÍARO PICHELLI
Prefeita



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

JUSTIFICATIVA DE MOTIVOS

Projeto de Lei Complementar nº 02/2026

JUSTIFICATIVA DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Lei Complementar nº 02/2026 tem por finalidade adequar os vencimentos básicos dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) do Município de Itapuí ao piso nacional estabelecido pela Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, que acrescentou ao artigo 198 da Constituição Federal o § 9º, determinando que o vencimento desses profissionais não será inferior a dois salários mínimos nacionais, valores estes a serem repassados pela União aos Municípios e demais entes federativos.

Embora o Município de Itapuí tenha promovido, anualmente, a devida Revisão Geral Anual (RGA) prevista na legislação municipal para atualização dos vencimentos dos servidores públicos, a realidade verificada mostra que o valor do vencimento-base atualmente praticado junto aos ACS e ACE ainda permanece aquém do mínimo constitucional de dois salários mínimos. Essa defasagem decorre da diferença entre a recomposição relativa aos percentuais autorizados pela política de revisão da remuneração municipal e o valor absoluto determinado pela Emenda Constitucional nº 120/2022, que exige a observância de um montante mínimo, expresso em múltiplos do salário mínimo vigente.

A Emenda Constitucional nº 120/2022 representa um Marco Constitucional de valorização e proteção dos profissionais responsáveis pela execução de atividades essenciais à Atenção Primária à Saúde e à Vigilância em Saúde, reconhecendo a importância desses agentes no Sistema Único de Saúde (SUS) e garantindo que seus vencimentos não



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

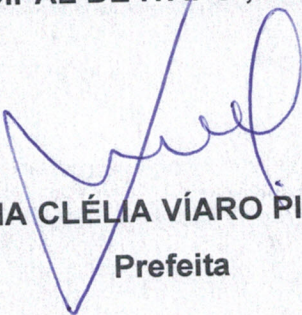
sejam inferiores a dois salários mínimos nacionais, com repasse previsto pela União.

Dessa forma, a adequação dos vencimentos-base desses profissionais no âmbito municipal não é apenas uma medida de justiça remuneratória, mas uma obrigação legal e constitucional, pois a manutenção de valores inferiores ao teto mínimo previsto implica descumprimento direto da Constituição Federal, na forma em que foi alterada pela Emenda Constitucional nº 120/2022.

Ademais, a aprovação desta lei complementar garantirá maior segurança jurídica à Administração Municipal no momento de efetivar o pagamento do piso nacional, bem como permitirá a regularização definitiva da situação remuneratória dos ACS e ACE, resguardando o Município de eventuais questionamentos administrativos e judiciais em razão do não cumprimento do piso constitucional. Tal adequação valoriza esses profissionais, reconhecendo a relevância de suas atividades no enfrentamento de desafios sanitários e epidemiológicos, com reflexos diretos na promoção e proteção da saúde da população itapuiense.

Diante do exposto, a presente proposição atende aos princípios constitucionais da legalidade, da valorização do trabalho, da dignidade da pessoa humana e da eficiência na prestação dos serviços públicos, devendo, portanto, ser aprovada por essa Egrégia Câmara Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 12 DE JANEIRO DE 2026.


MARIA CLÉLIA VÍARO PICELLI
Prefeita